



Governo sem dinheiro para dragar portos da Póvoa e de Vila Praia de Âncora

Pescas
Andrea Cruz

Ministério do Ambiente assume só ter, para já, verbas para tirar areias em Vila do Conde e Viana do Castelo

O Ministério do Ambiente garantiu, em resposta a um requerimento apresentado pelo deputado do PS, Jorge Fão, estar a preparar o lançamento do concurso para as dragagens dos portos de pesca de Viana do Castelo e Vila do Conde, operações que não terão início antes de Maio. As intervenções reclamadas para outras infra-estruturas portuárias, como é o caso do portinho de Vila Praia de Âncora, Castelo de Neiva, Esposende e Póvoa de Varzim, ficam a aguardar por melhores dias.

A acumulação de areias está a pôr em causa a pesca e a provocar a revolta dos homens do mar. Sediada no porto da Póvoa, um dos mais importantes do sector no Norte, a Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar tem alertado para o perigo que o assoreamento representa para a navegação. Apesar de assumir a "preocupação" com este aspecto, o ministério evoca a crise que o país atravessa para não apontar prazos concretos para a realização de

mais dragagens nos portos deixados de fora, entre os quais também se encontra o de Vila Praia de Âncora, tornado praticamente inutilizável pela acumulação de areias.

Esta omissão deixou preocupado Jorge Fão, que lembrou que, de visita a Viana do Castelo, a 25 de Fevereiro, o secretário de Estado do Mar garantiu que as operações de desassoreamento de quatro barras do Norte iam avançar este ano e "o mais rapidamente possível". No entanto, na resposta enviada ao deputado socialista, o Ministério do Ambiente reconhece



Numa visita a Viana do Castelo, o secretário de Estado do Mar disse que as dragagens iam avançar

que, entretanto, houve uma "drástica redução de verbas disponíveis para a realização dos investimentos previstos".

A tutela garante estar a estudar "a afectação de outras verbas que, embora parcelarmente pequenas, poderão permitir a beneficiação dos portos da região, ponderadas a necessidade e a urgência". Assegura também que "estão a ser equacionadas outras soluções que viabilizem financeiramente" a actividade do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.